Sumário

Parte Teórica

Capítulo I – Considerações Gerais sobre Recursos

1. Definição Genérica 3
2. Fundamento 3
3. Definição Administrativa 5
4. Definição Específica 5
5. Requisito Básico 6
6. Pressupostos Recursais 6
   - 6.1. Motivação 7
   - 6.2. Singularidade 7
   - 6.3. Tempestividade 7
     - 6.3.1. Divergência e tempestividade de recursos 8
   - 6.4. Legitimidade 9
7. Efeitos Recursais 9
   - 7.1. Efeito Devolutivo 9
   - 7.2. Efeito Suspensivo 9
     - 7.2.1. Efeito suspensivo – Prazo legal 11
     - 7.2.2. Efeito suspensivo em matéria de suspensão do direito de dirigir e cassação da Carteira Nacional de Habilitação 11
8. Recurso Administrativo Próprio 12
9. Recurso Administrativo Impróprio 12
10. Decisão do Recurso Administrativo 12
11. Julgamento do Recurso Administrativo 12
12. Prescrição Administrativa 13
    - 12.1. Prescrição da Suspensão do Direito de Dirigir 13

Capítulo II – Auto de Infração

1. Definição 17
   - 1.1. AIT – AIP – Conceito/Formas 18
   - 1.2. Princípio da Publicidade – Atos Administrativos 21
   - 1.3. Princípio do Devido Processo Legal 22
   - 1.4. Princípio da Legalidade 24
2. Fundamento Legal 25
3. Requisitos do AIT 25
   - 3.1. Identificação da Autuação 32

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2. Identificação do Veículo 32
3.3. Identificação do Condutor 32
3.4. Identificação do Infrator 32
3.5. Identificação do Local de Cometimento das Infrações 32
3.6. Identificação da Infração 32
3.7. Indicação de Outras Infrações 32
3.8. Indicação de Recolhimento 33
3.9. Observações 33
3.10. Identificação do Agente 33
3.11. Assinatura do Infrator 33
3.12. Preenchimento 33
4. Cancelamento 33
5. Encaminhamento 34
6. Julgamento da Autuação 35
6.1. Autuação e Multa 50
6.1.1. Multas de responsabilidade de pessoas jurídicas 51
6.1.2. Auto de infração e suas consequências 54
6.1.3. Da suspensão do direito de dirigir 55
6.1.4. Das infrações que preveem de forma específica (por si só) aplicação da suspensão do direito de dirigir 66
6.1.4.1. Da cassação do documento de habilitação (Art. 263, CTB) 66
6.1.5. Da cassação da permissão para dirigir 68
7. Competência 72
7.1. Guardas Municipais e Competência para Atuar na Fiscalização, Multas de Trânsito e Assinatura de Convênio 77
7.2. Tabela de Distribuição de Competência, Fiscalização de Trânsito, Aplicação das Medidas Administrativas Penalidades Cabíveis e Arrecadação de Multas Aplicadas 79

CAPÍTULO III – LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

Defesa da Autuação é Chamada Também de "Defesa Prévia" 109

CAPÍTULO IV – NOTIFICAÇÃO

1. Definição 117
2. Embasamento Legal 122
3. Multa 123
3.1. Prazo para Expedição da Notificação 123
3.2. Prazo para Expedição 123
4. Expedição da Notificação 124
5. Devolução da Notificação 124
6. Destinatário da Notificação 124
7. Notificação Excepcional 125
8. Formalidades da Notificação 125

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8.1. Da Notificação em Área Rural 126
8.2. Da Defesa da Autuação 127
8.3. Da Identificação do Condutor Infrator 128

CAPÍTULO V – RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA – JARI (JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÕES)

1. Embasamento Legal 139

CAPÍTULO VI – RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA – CETRAN (CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO)

1. Embasamento Legal 150
   1.1. Do Recurso em 2ª Instância – Conselho Estadual de Trânsito 150
2. Legitimidade 151
3. Preparo 151
4. Tempestividade 152
5. Prazo para Apreciação do Recurso 152
6. Aplicabilidade 152
7. Coisa Julgada Administrativa 152

CAPÍTULO VII – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA SUBMISSÃO DO CONDUTOR A NOVOS EXAMES PARA QUE POSSA VOLTAR A DIRIGIR QUANDO CONDENADO POR CRIME DE TRÂNSITO, OU QUANDO ENVOLVIDO EM ACIDENTE GRAVE

Curso de Reciclagem de Condutores 169
Avaliação Psicotécnica 169
Avaliação Médica 170
Avaliação Teórica de Legislação de Transito 170
Avaliação Prática de Direção 170

CAPÍTULO VIII – PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

1. Definição 175
2. Embasamento Legal do Processo Administrativo para a Suspensão ou Cassação do Documento de Habilitação 175
3. Considerações Gerais 176
4. Processo Administrativo Punitivo 177
5. Princípios do Processo Administrativo 178
   5.1. Legalidade 178
   5.2. Oficialidade 178
   5.3. Informalismo 178
   5.4. Verdade Material 178
   5.5. Garantia de Defesa 178
6. Fases do Processo Administrativo Punitivo 179
   6.1. Instauração 179

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO IX – CASSAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO

1. Definição 205
2. Embasamento Legal 205
3. Fundamento 207
4. Requisitos Objetivos 208
   4.1. Requerimento 208
   4.2. Submeter-se a Novos Exames 208
   4.3. Da Prescrição 208
   4.4. Autoridade Competente para Aplicar a Penalidade de Cassação da CNH 208
   4.5. Tabela de Correspondência e Prevalência das Categorias 209

CAPÍTULO X – DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINA SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DE SE OBTER A PERMISSÃO OU HABILITAÇÃO

Penalidade Imposta pela Autoridade Judiciária Prevista na Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) para Suspensão ou a Proibição de se Obter a Permissão ou a Habilitação para Dirigir Veículo Automotor Decorrente de Acidente de Trânsito 211

CAPÍTULO XI – CONDOMÍNIOS

1. Considerações Iniciais 217
2. Embasamento Legal 217
3. Aplicabilidade 217
4. Sinalização nos Condomínios 217
5. Fiscalização nos Condomínios 218
6. Responsabilidade Civil 218
7. Considerações Finais 219

CAPÍTULO XII – EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

..... 221

CAPÍTULO XIII – SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DE MULTA PARA RECURSO EM SEGUNDA INSTÂNCIA – CETRAN/SP (COMUNICADO Nº 009/2010)

..... 249

PARTE PRÁTICA

CAPÍTULO XIV – MODELOS RECURSAIS

1. Notas Importantes 253
2. Última Instância para Recorrer de Multa de Trânsito: CETRAN 254
3. Do Pagamento da Multa 254

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. Dos Recursos em Espécie – Cruzamento, Via ou Interseção Inexistente (Caso numa Autuação ou Digitação de uma Infração Constar como Local da Autuação um Cruzamento de Vias que Não se Cruzam, Interseção de Vias que Não se Ligam ou Vias Inexistentes) (Defesa Prévia) 254
5. Divergência de Modelo de Veículo 256
6. Estacionamento em Guia Rebaixada Comprovadamente sem Utilização, Inativa, Descaracterizada da Finalidade 258
7. Dirigir Veículo com o Braço de Fora 260
8. Requerimento de Multa de Trânsito de Natureza Leve ou Grave, com Pedido de Transformação em Advertência nos Termos do Art. 267 do CTB 261
9. AIT Lavrado por Órgão Incompetente 262
10. Notificação Intempestiva da Infração 264
11. Autuação com Preenchimento Falho 265
12. Proprietário em Dia, Lugar e Hora Distintos do Citado na Infração 267
13. Proprietário Indicando o Condutor do Veículo 268
14. Ausência de Indicação de Quem Não Fazia Uso de Cinto de Segurança 270
15. Veículo Objeto de Furto e Multado por Infração de Trânsito nessa Condição 271
16. Veículo Clonado e Multado por Infração de Trânsito nessa Condição 272
17. Estacionar em Local Proibido 273
18. Erro na Tipificação do AIT 275
19. Infração Aferida por Radar 276
20. Infração Flagrada por Radar em semáforo 278
21. Estacionar a Menos de 5 Metros da Esquina 279
22. Emissão em Excesso de Fumaça Preta 281
23. Proibição de Películas (*Insul filme*) 282
24. Das Decisões da Jari para o Cetran 283
25. Da Embriaguez 284
26. Transporte Remunerado de Lotação de Passageiros 287
27. Do Cinto de Segurança 288
28. Entregar a Direção do Veículo a Não Habilitado 289
29. Devolução do Pagamento da Multa – AIT Improcedente 290
30. Modelo de Restituição de Multa do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo Restituição da Multa Paga – (Artigo 286 §2º do CTB) 291
31. Omissão de Socorro 293
32. Retornar em Local Proibido 294

Capítulo XV – Dos Requerimentos

1. Reabilitação do Condutor 297
2. Segunda Via da CNH 298
3. Liberação de Veículo Apreendido no Pátio 298

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO XVI – PERGUNTAS DENATRAN 301

CAPÍTULO XVII – *SITES* DOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO FEDERAIS E ESTADUAIS 305

PARTE LEGISLATIVA

CAPÍTULO XVIII – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO 309

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 385

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br